

**A angústia sem fronteiras - a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia (Brasil) e da Argentina: um estudo comparativo**

Deusa Maria de Sousa\*

**Resumo**

Este texto visa discutir, ainda que preliminarmente, algumas reflexões acerca do estudo comparativo do processo de reconstrução do mundo e da vida dos familiares de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia e da Ditadura militar argentina, a partir do evento do desaparecimento de seus entes queridos, ou seja, diante de uma *situação-limite*.

**Palavras-chave:** Situação-limite, familiares de desaparecidos políticos, análise comparativa Brasil-Argentina.

**Abstract**

This content takes aim to discuss, even though preliminary, some considerations over the comparative study of the world reorganization and the life of those relatives of sequestered and assassinated politics at the Araguaia Guerrilla and the militar dictatorship argentina, from the event of disappearance of their loved ones, which means, in front of an extreme situation.

**Key words:** Extreme situation, relatives of sequestered and assassinated politics, comparative analysis between Brazil and Argentina.

O objeto central deste trabalho é o estudo comparativo do processo de reconstrução do mundo e da vida dos familiares de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia (Brasil) e da Ditadura militar na Argentina<sup>1</sup>, a partir do evento do desaparecimento de seus entes queridos, ou seja, diante de uma *situação-limite*.<sup>2</sup> Pretende-se entender, prioritariamente, as transformações ocorridas nas famílias dos desaparecidos no Araguaia, e, para tal perspectiva, estabelecer como parâmetro comparativo estudos de transformações semelhantes ocorridas em famílias de desaparecidos da Argentina. Portanto, tal perspectiva de análise, surgiu a partir do estudo de depoimentos orais e arquivos familiares de desaparecidos políticos gaúchos na Guerrilha do Araguaia e ainda, principalmente, através de cartas entre mães, amigas e sobreviventes do conflito do Araguaia, que levantaram indícios que apontam para processos e acometimentos de múltiplos sentimentos e sentidos que passaram a reordenar o cotidiano e o mundo destes familiares.

---

\* Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: deusams@hotmail.com

<sup>1</sup> Leva-se em consideração o período compreendido pela existência do processo de reconstrução nacional, fundamento da ditadura Argentina de 1976-1983.

<sup>2</sup> Há uma ampla discussão conceitual sobre o uso deste termo, porém, para sua melhor compreensão há uma discussão no corpo do texto. Portanto, “Seguindo a construção do termo feito por POLLAK (1990), uma situação “extraordinária” provoca inéditas ações perante o imprevisível, situações para as quais não fomos preparados, socializados, iniciados (...)” (CATELA, 2001: 24).

## **I - A Guerrilha do Araguaia e a repressão do Estado ditatorial brasileiro**

Em 1972, surgiu nas selvas da Amazônia, numa região de difícil acesso, conhecida como Bico-do-Papagaio, entre os atuais estados do Tocantins, do Pará e do Maranhão, o maior movimento rural armado de resistência ao regime militar então vigente no país. Não eclodiu por iniciativa dos guerrilheiros, como ocorreu na maior parte dos movimentos armados que se conhece no Brasil e na América Latina deste período. Este movimento teve seu início marcado por um intenso ataque das forças oficiais, que desde o princípio tiveram a determinação de *destruí-los, eliminá-los*<sup>3</sup> e de apagar da memória local e da história nacional a sua existência, os combates travados e as torturas a que foram submetidos os guerrilheiros, os camponeses e os moradores da região do conflito. A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado, orientado e dirigido pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) e inspirado no modelo de Guerra Popular Prolongada e na experiência do líder chinês Mao Tse Tung. Ela nasceu como síntese crítica das experiências do movimento de guerrilha no Brasil e na América Latina, o foquismo, e como estratégia de sobrevivência de suas lideranças, que se encontravam naquele momento, a partir de 1964, perseguidas pela Ditadura militar nos grandes centros urbanos.

Para sua deflagração, foi imprescindível para o Partido contar com as condições adequadas para sua preparação, sendo necessário que o mesmo fugisse do raio de atenção dos órgãos repressivos do regime ditatorial. A escolha do local pelo Comitê Central do PC do B deu-se após muitos estudos e avaliações entre a região do Araguaia e outras que apresentavam condições para a deflagração de um movimento que seria feito por etapas. Com a deflagração do Golpe de 1964, sobretudo a partir em 1968, os militantes comunistas caíram na clandestinidade e, conseqüentemente, na lista dos inimigos do Estado opressor que se instalou no Brasil naquele período.

Praticamente, “tudo” o que se sabe sobre o desaparecimento e a morte dos guerrilheiros foi obtido através do relato de moradores da região do conflito aos familiares na primeira Caravana em 1980. No final de outubro e início do mês de novembro, após a Anistia, e com o sentimento que vigorava em favor da descoberta dos crimes cometidos no período ditatorial, um grupo de familiares, organizado pelos movimentos de Anistia do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Pará e Espírito Santo, rumou para a região do conflito, acompanhada

---

<sup>3</sup> Grifo meu em destaque aos termos usados com frequência pelas Forças Armadas nos “Relatórios Secretos” das Operações militares de combate à Guerrilha do Araguaia.

de parlamentares, jornalistas e religiosos compromissados com as causas da democracia. Os depoimentos de moradores aos familiares e membros da Caravana revelaram o desenrolar de vários combates nos quais tombaram muitos guerrilheiros e militares.

## **II - A Ditadura militar argentina**

O Golpe militar de 1976 na Argentina se fundamentou Doutrina de Segurança Nacional, que já havia dado suporte às ditaduras do Brasil, Chile, Paraguai, para evitar qualquer perturbação social. Mas mesmo antes do golpe já haviam sido difundidos atos de repressão desde a presidência do general Juan Carlos Onganía, de 1966 a 1973, que assumiu o governo argentino através de golpe contra o radical Arturo Illia, e mesmo anteriormente, nos anos 30, sob a bandeira de combate ao comunismo. A repressão, principalmente cultural, já aparecia, e a execução de guerrilheiros era pontuada, como no caso do “massacre de Trelew” de 1972. A ascensão de grupos de extrema-direita e de guerrilheiros abriu caminho ainda para o retorno do peronismo ao governo, mas as forças armadas, presentes anteriormente no governo, continuaram atuantes no plano da política.

Perón, através do Programa de Reconstrução e Liberação Nacional de 1973, visava o crescimento econômico, com incentivo de exportações e mercado interno. Algumas das medidas foram o aumento com gastos sociais, aumento de funcionários e empresas estatais para o incentivo da economia estatal. Além disso, um passo importante foi o Pacto Social, para equilibrar as forças políticas. Mas a inflação foi contida somente por alguns meses, e voltou a crescer, junto com a diminuição de exportações. Assim, o Pacto Social foi enfraquecido e a falta de vontade política acabou abrindo caminho para a violência. Em 1974 surgiu a Triple A, a *Aliança Anticomunista Argentina*, liderada por Luiz López Rega. Em 01 de Julho de 1974, deu-se a morte de Perón. A vice, mulher de Perón, Maria Estela foi pega despreparada e acabou abrindo espaço para López Rega e autorizou a Operação Independência para acabar com os movimentos “subversivos”.

Os 30 mil mortos e desaparecidos, o estado de terror que se instalou, era justificada como medida para assegurar a segurança do povo. Os primeiros a serem eliminados foram os membros do Partido Justicialista, de Perón. Não importava a profissão, idade ou sexo, pessoas desapareciam, numa política de repressão ilegal, planejada e organizada e dirigida pelos militares, em lugares como a ESMA, Escola de Mecânica da Marinha em Buenos Aires. As pessoas presas, desaparecidas ou mortas, mesmo sem participação em grupos formados, eram encaixadas no perfil de BDT, *bando de delinquentes*

*terroristas*, ou eram taxados como esquerdistas, não-argentinos, irrecuperáveis e ideológicos. Para a retórica da ditadura, a esquerda (e qualquer manifestação, como a dos estudantes por transporte gratuito) era uma doença que precisava ser extraída do país, para assegurar que o resto da população continuasse em segurança.

A estrutura de repressão não era tão organizada como em outros países, como o Brasil; todos os oficiais eram responsáveis pela informação, sem uma coordenação central (apesar da existência do SIDE, Secretaria de Inteligência do Estado). Assim, poderiam ser criados centros de detenção e serem executadas ou desaparecidas vítimas sem critérios. Talvez por este motivo a ditadura argentina matou muito mais pessoas (cerca de 30 mil, comparadas à quase 4 mil no Chile e cerca três centenas no Brasil), pois, além de não se ter controle, ou resposta às reivindicações de familiares por notícias, os órgãos internacionais não conheciam a realidade argentina, pois se negava a existência desse tipo de conduta, pois, sem a presença de cadáveres, não havia crime na legalidade.

Como em outras ditaduras sul-americanas, os seqüestros ocorriam até mesmo em locais públicos, com a presença de familiares, que eram então ameaçados, e ocorriam por meio daqueles que deveriam assegurar a integridade do povo. As pessoas eram ainda seqüestradas de sua própria identidade, através dos interrogatórios e torturas, pelas inúmeras humilhações, falta de higiene, alimentação e cárcere precários. Outra forma de extermínio era o vôo da morte, em que 15 a 20 pessoas eram atiradas de um avião no alto mar, dopada, após ter sido assegurado às vítimas que seriam levadas para prisões melhores. O fuzilamento e sessões de tortura eram outros métodos comuns. A população que não sofria com os desaparecimentos, ou se acuava em decorrência da disseminação do medo e da censura aos meios de comunicação só soube do que ocorria em seu país durante o período democrático do governo de Raúl Alfonsín. Mas muitos conseguiram ultrapassar as punições e perseguições, tais como as Madres de Plaza de Mayo, movimento fundado em 1977, que tornou visível para a comunidade internacional a repressão na Argentina. As marchas ao redor da Plaza de Mayo (era proibido a reunião na praça, então os policiais mandavam as pessoas “caminharem” o que deu a elas uma brecha para manifestações) deram visibilidade a um grupo de mulheres, mães, grupo idolatrado pelos militares na sua retórica, em um local público, freqüentado por turistas e pela população, em frente da Casa Rosada, local onde Perón fazia discursos ao lado da mulher Evita. O grupo ganhou destaque na cobertura do Campeonato Mundial de 1978, realizado na Argentina, quando as televisões internacionais retrataram as marchas.

### III – O tema e o objeto

A escolha deste tema - Araguaia - e do objeto – e a análise comparativa da angústia e da transformação do mundo dos familiares dos desaparecidos políticos do Araguaia e da Argentina - se justifica por diversas razões. A principal delas é a maneira semelhante como os Estados ditatoriais do Brasil e da Argentina reprimiram ostensivamente os movimentos organizados e a sociedade civil de quaisquer tentativas de resistência e oposição, através da implementação do terrorismo de Estado<sup>4</sup>, resultando em torturas, prisões e mortes. Assim como no caso excepcional da guerrilha do Araguaia no Brasil, a repressão utilizada durante a ditadura da Argentina, vislumbra tal perspectiva de - como solução final - de não se fazer prisioneiros; a ordem era matar, como destacou (QUADRAT, 2005:74):

*O que chama atenção da guerra suja Argentina é a opção pelo extermínio, utilizado como solução final. O desaparecimento de presos políticos era conveniente para as Forças Armadas na medida em que sem corpo não há crime, garantindo a impunidade, não corriam o risco de ter que libertar prisioneiros da oposição como há havia ocorrido no país e evitada as investigações de grupos internacionais.*

O referencial teórico primordial deste trabalho é a reflexão a partir do estudo acerca das transformações do mundo dos familiares dos desaparecidos políticos da Argentina, através da obra de Ludmila da Silva Catela intitulada, *Situação-limite e memória – a reconstrução do mundo dos familiares dos desaparecidos da Argentina*, (2001). Na obra, produzida a partir de sua investigação sobre a angústia dos familiares da cidade de La Plata, a autora discute os múltiplos diálogos produzidos, sobretudo, pelos aportes da memória<sup>5</sup> dos familiares a respeito do desaparecimento de ente querido, e os impactos causados em suas vidas a partir de tal evento. Diferentemente de outros estudos que investigam mais detidamente as vozes de mães-militantes da Praça de Maio, Catela aprofundou sua análise ao estudar os sentimentos que acometeram também outros componentes da rede familiar, como filhos (as), irmãos (as), cunhados (as), sogros (as) e outros de diferentes gerações, que tiveram grande ou pequeno contato com o desaparecido, e suas estratégias de sobrevivência diante do fato gerado pela ausência brusca do familiar. Nesta perspectiva, verifica-se que: “(...) o trabalho da história e da memória deve levar em conta tanto a necessidade de se ‘trabalhar’ o

---

<sup>4</sup> A utilização deste conceito aqui utilizado parte da análise da pesquisadora Caroline Silveira Bauer no artigo: “*As Ditaduras civil-militares de Segurança Nacional e o conceito de Terrorismo de Estado: o caso brasileiro*” (2006), e de Alejandra Leonor Pascual em sua obra “*Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*” de (2004).

<sup>5</sup> O conceito de *lugar da memória*, desenvolvido por Pierre Nora (1984), aponta para a criação de marcos memorialísticos que teriam a função de institucionalizar e reiterar determinados enquadramentos da memória. A partir da concepção de Nora de que os *lugares de memória* podem ser pensados nos três sentidos do conceito, ou seja, tanto material, quanto simbólico e funcional.

passado, pois as nossas identidades dependem disso, como também o quanto esse confronto com o passado é difícil” (SELLIGMANN-SILVA, 2003:76-77).

No mesmo sentido, aponta-se para semelhanças entre o estudo de Catela e a situação dos familiares dos desaparecidos do Araguaia, sobretudo as mães, que também criaram mecanismos próprios, na esfera íntima, para externar a angústia e a incerteza em ter um familiar desaparecido. Embora estes dois universos – dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia e da Argentina - demonstrem diferenças quantitativas e de organicidade reivindicativas destes grupos face ao advento do período democrático, porém em ambos evidencia-se, a partir da utilização de instrumentos teórico-metodológico no cotejo das fontes, uma rica material para análise. Tais eventos expõem também a possibilidade do estudo da questão de gênero, pois, segundo as reflexões de (SOIHET, 1997:101): “O gênero sublinha o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado”. Neste aspecto, o caso de Julieta Petit da Silva é revelador. Desde que sua filha desapareceu, todo dia 20 de março, aniversário de Maria Lúcia, ela abria sua caixinha de guardados, tirava uma foto da jovem e a colocava sobre a cômoda da sala. Ao lado, acendia uma vela junto a uma flor num copo com água. Passada a data de aniversário, ela esperava as pétalas caírem, recolhia a foto e se lembrava que um ano havia completado sem que pudesse rezar sobre o túmulo da filha<sup>6</sup>. “Minha vida foi pela metade, não foi vida”.<sup>7</sup> Tal relato evidencia, a exemplo dos familiares de desaparecidos na Argentina, uma transformação brusca, ou reconstrução própria do mundo dos familiares do Araguaia.

A socialização da dor entre os familiares de desaparecidos de La Plata, também analisado por Catela, como eixo para problematizar as temporalidades e as dimensões etnográficas, são observadas nos dois casos aqui comparados. Pode-se constatar, também no caso do Araguaia, o quanto a socialização da dor, através de cartas e outros símbolos, serviram como mecanismo de “troca”, no intuito de alentar a dor destas mães, como por exemplo: “(...) este singelo cartão com a árvore de Natal possui um grande significado para mim; ele foi feito pela Jana, no seu último natal aqui conosco (1970). Agora, para mim, a imagem é outra – estas estrelinhas são nossos meninos no meio da mata”.<sup>8</sup> Fatos

---

<sup>6</sup> Assim como no caso dos desaparecidos políticos da Argentina, o caso do Araguaia se assemelha também sob a ótica da impossibilidade de poder cultivar o morto, que nesta situação ocupa a categoria de “desaparecido”.

<sup>7</sup> “Cansei de chorar”. *Peritos identificam a primeira ossada e revela-se o drama da mãe que perdeu três filhos na luta no Araguaia*. História: Veja, 22 de maio, 1996. Pág. 89.

<sup>8</sup> Trecho final da carta de Cyrene Moroni Barroso, mãe da desaparecida política do Araguaia, Jana Moroni Barroso - codinome *Cristina* na região do Araguaia - para Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe do desaparecido político José Huberto Bronca - *Dino, Zeca ou Zequinha* - datada de 18/12/1980.

demarcadores a partir do episódio do desaparecimento são muito comuns também no caso dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. Nesta perspectiva há um desenvolvimento do tempo individual e coletivo, ligados à alteração da ordem, até então, considerada normal. Esse período, que se iniciou na Argentina com seqüestros e desaparecimentos, antes mesmo do governo de Raúl Alfonsín, corresponde, no caso do Araguaia, à deflagração do Golpe de 1964, onde grande parte dos combatentes do Araguaia caiu automaticamente na clandestinidade, sobretudo a partir da Instalação do AI-5 em 1968, momento em que a maior parte dos envolvidos no conflito rompe gradualmente seus vínculos familiares ao se deslocar para a região da Guerrilha. O relato de Maria Helena M. Bronca sobre o evento do desaparecimento do irmão, José Huberto Bronca, deixa claro tal indício: “Eu me lembro como se fosse hoje. Eu não estava em casa. Ele se despediu de todos. Foi no dia de Tiradentes”.<sup>9</sup>

#### **IV – conclusões preliminares**

Logo após este período, a partir do final da década de 1970, iniciaram-se as viagens de Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe de José Huberto Bronca, em companhia da filha Maria Helena, para São Paulo, no intuito de participarem das primeiras reuniões com outros familiares de desaparecidos políticos e com o advogado Dr. Luis Eduardo R. Greenhalgh, a fim de impetrar processo judicial contra o Estado pela responsabilização dos desaparecimentos dos seus familiares. Assim, aquele papel de mulheres protetoras destinadas apenas ao restrito espaço privado dos lares, assume nova esfera ao empreenderem uma luta pública pelos corpos dos filhos, transformando-as de sujeito individual em sujeito político. Este período marcou também o surgimento, por meio das cartas trocadas com outras mães de desaparecidos, uma rede de informações. Criou-se então um elo de poder, neste universo de dor e de incertezas nos quais estavam mergulhados, tal como enfatizou (FOUCAULT, 1979:183). “(...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (...).”

Assim, a família Bronca acompanhou atentamente os noticiários e posicionamentos que políticos e entidades começaram a tomar, a partir da Anistia de 1979. Muitas mães começaram a buscar nestas entidades, por meio de cartas e visitas, um caminho

---

<sup>9</sup> Maria Helena Mazzaferro Bronca, tem 68 anos, é médica. Ela participou, desde o princípio, com a mãe, Ermelinda Mazzaferro Bronca, das reuniões do grupo Tortura Nunca Mais/SP e RJ, na busca por notícias que as levassem ao paradeiro do irmão.

que pudesse levá-las ao governo federal. Com esse intuito, Ermelinda escreveu uma carta ao presidente da OAB-SP, descrevendo-lhe sua ansiedade e sofrimento diante das incertezas envolvendo o desaparecimento de seu filho. Em outubro de 1982 a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB/RJ em colaboração com o CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) publicou uma relação com os nomes de pessoas dadas como mortas ou desaparecidas devido às suas atividades políticas, dispostos por ordem alfabética e acompanhados das prováveis datas de desaparecimentos. Tal relação não se revelou uma novidade para Ermelinda, mãe de José Huberto Bronca, para quem esse era o primeiro resultado da longa e penosa busca pelo filho que durou até sua morte aos 97 anos, em 2003. Estas são algumas das reflexões preliminares a que chegamos neste recente trabalho de pesquisa.

## **Bibliografia**

- CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares dos desaparecidos da Argentina*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2001.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- CABRAL, Pedro Correa. *Xambioá: guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CARVALHO, Luis Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GASPARI, Élio. *A Ditadura escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia das letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das Ilusões perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- HALBWACHS, David. *A memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire”. In: *Les Lieux de Mémoire. La République*. Vol. 1. Paris, Éditions Gallimard, 1984.
- PASCUAL, Alejandra L. *Terrorismo de Estado. A Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- SELLIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. São Paulo: Unicamp, 2003.
- STUDART, Hugo. *A lei da selva*. São Paulo: Geração editorial, 2006.
- SOIHET, Rachel. *História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*, de 2005.